



## ***Câmara Municipal de Londrina*** *Estado do Paraná*

### **PARECER JURÍDICO nº 93/2024**

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2024**

**INTERESSADO:** Departamento de Suprimentos e Patrimônio

**ASSUNTO:** Análise do processo administrativo licitatório e da minuta de edital de pregão eletrônico, que tem como registro de preços para eventual fornecimento de nobreaks.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. NO BREAKS. PARECER ACERCA DO PROCEDIMENTO INTERNO DE CONTRATAÇÃO.**

1. Trata-se de exame do processo de contratação, por meio de pregão eletrônico, para registro de preços de Nobreak 8KVA para Rack. 2. Ante o atendimento dos requisitos da Lei nº 14.133/2021, recomenda-se o prosseguimento do processo. 3. Aprovação das minutas da ARP e do Contrato Administrativo apresentados. (Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Londrina. PA 13/2024. Parecer Jurídico nº 93/2024. Autoria de Carlos Alexandre Rodrigues. Emitido em 5/7/2024)

### **1. RELATÓRIO**

O Departamento de Suprimentos e Patrimônio da Casa envia, para exame e aprovação, processo administrativo de dispensa de licitação, cujo objeto é o registro de preços para eventual fornecimento de Nobreak 8KVA para Rack.

Como justificativa, o Cerimonial, responsável pela solicitação, afirma que a contratação se justifica porque “o *Departamento de Informática da CML identificou a necessidade de atualização da infraestrutura de servidores de Internet e de dados da Câmara.*”

Abriu-se procedimento licitatório, no qual foram juntados termo de referência com as especificações do objeto; autorização da Direção-Geral e estabelecimento da segregação de funções; orçamentos de empresas do mercado; análise de risco; relatório de pesquisa de preços; comunicação do Departamento de Contabilidade informando a existência de recursos orçamentários para a despesa; minuta do edital de pregão eletrônico.

O Departamento de Suprimentos sugere a contratação por meio do pregão eletrônico, registrando os preços. Após, conforme determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, o processo de contratação foi enviado para controle prévio de legalidade.

É o relatório.





## ***Câmara Municipal de Londrina***

### ***Estado do Paraná***

## **2. ANÁLISE**

### **a. Da utilização do pregão eletrônico**

Vê-se que a escolha do pregão eletrônico como modalidade de licitação foi adequada, pois os itens a serem contratados são obviamente comuns, principalmente ao verificar a forma de contratação do mercado (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, item 4 do TR).

Destaque-se que, à luz do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133, de 2021, somente é possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço ou maior desconto. No caso, adotou-se o tipo menor preço.

### **b. Do registro de preços**

Os editais de registro de preços deverão conter as seguintes cláusulas, conforme art. 82 da NLLC:

- a) especificar o objeto;
- b) definir a quantidade máxima que se pretende adquirir, bem como a quantidade mínima a ser cotada;
- c) quando possível, os critérios para estabelecer preços diferentes;
- d) a possibilidade de o licitante oferecer, ou não, proposta em quantitativo inferior ao solicitado;
- e) o critério de julgamento
- f) condições para alteração dos preços
- g) vedação à adesão a mais de uma ata com mesmo objeto;
- h) hipóteses de cancelamento da ata;

**Já o Ato da Mesa nº 14/2023 também exige: V – a quantidade inicial a ser adquirida, sempre que for possível identificá-la; VI – as quantidades e a periodicidade estimadas das aquisições, sempre que for possível identificá-las; VII – a quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha**





## ***Câmara Municipal de Londrina*** ***Estado do Paraná***

**disponibilidade; VIII – a quantidade mínima para cada contratação, buscando a viabilidade econômica da entrega.**

Tudo isto foi atendido no Edital (item 1.1).

### **c. Dos documentos necessários ao planejamento da contratação**

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) estudo técnico preliminar;
- c) mapa(s) de risco;
- d) termo de referência.

Dito isso, percebe-se que não foi apresentado o estudo técnico preliminar, que em regra é de elaboração obrigatória.

É verdade que a Lei nº 14.133/2021 excepciona seu uso nos casos de dispensa em razão do valor (art. 75, inc. I e II), nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem (art. 75, inc. VII) e nas contratações emergenciais (art 75, inc. VIII).

Seguindo a finalidade dessa exceção – que é evitar a complexidade que acompanha a elaboração do ETP quando o valor, a urgência ou a situação peculiar não o exigem, algumas regulamentações da lei têm excepcionado o ETP. O Município de Londrina, por exemplo, por meio do Decreto nº 1462/2022, excepcionou o uso do ETP nos seguintes casos:

Art. 22. O estudo técnico preliminar deverá refletir o resultado dos levantamentos, das pesquisas e das conclusões sobre o problema a ser resolvido e a melhor forma de solucioná-lo, e sua elaboração considerará:

- I - a natureza do problema a ser resolvido, observando a finalidade e os resultados pretendidos com a contratação;
- II - as soluções existentes para o problema, observando o modelo já utilizado pela Administração Municipal e por outras administrações, se for o caso, e os seus impactos econômicos; e
- III - a definição da melhor solução para o problema e sua viabilidade.

§ 1º Nas contratações emergenciais e nas contratações com valores inferiores a 5 (cinco) vezes os limites de dispensa de licitação, previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o caso, não será exigida a





## ***Câmara Municipal de Londrina***

### ***Estado do Paraná***

elaboração de estudo técnico preliminar e matriz de alocação de riscos.

Veja-se que o Decreto municipal excepciona a elaboração de ETP para contratações cujo valor seja inferior a 5 vezes ao limite de dispensa, hoje no valor de R\$ 59.906,02 para serviços comuns.

No âmbito da CML, o Ato da Mesa nº 14/2023 determinou que o ETP somente é obrigatório nas contratações com valores superiores a 10 vezes o limite da dispensa previsto nos incisos I ou II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

O termo de referência, por sua vez, traz as informações necessárias para a especificação do serviço e sua forma de execução, bem como justificativa da necessidade de contratação. Já a formação do preço foi elaborada por meio de pesquisas, e se encontra no processo (item 2.1 - Licitaproc).

Por fim, a análise de risco atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

#### **d. Avaliação de conformidade legal**

O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

- I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;
- II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
- III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;
- IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;





## ***Câmara Municipal de Londrina***

### ***Estado do Paraná***

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

Desse modo, é preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

O presente projeto atendeu os requisitos:

a) na CML, as licitações já são centralizadas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio;

b) a aquisição será feita por meio de contrato, cuja minuta é a adotada pela CML e já aprovada em outras oportunidades por esta Assessoria;

Os demais requisitos não se aplicam a esse tipo de contratação.

#### **e. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade**

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei n. 12.305, de 2010)

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso





## ***Câmara Municipal de Londrina***

### ***Estado do Paraná***

concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. Para auxiliar nesta tarefa, pode-se adotar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU e do STJ, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade.

No presente caso, os critérios de sustentabilidade foram definidos no termo de referência, em seu item 2.3.

#### **f. Da designação formal do pregoeiro e da equipe de apoio**

Houve a juntada de documento que comprova a designação do pregoeiro e da equipe de apoio (art. 8º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133, de 2021), estando o feito regularmente instruído quanto ao ponto.

#### **g. Da disponibilidade orçamentária**

Em atenção ao art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, consta a declaração do setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

#### **h. Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

No caso dos autos, a estimativa do valor de cada item/grupo/lote ultrapassa R\$ 160.000,00 – valor estabelecido no art. 30 da Lei Municipal n. 12.079/2014. Por isso, se adotou tratamento favorecido às MPes.

Quanto à preferência por MPes locais, a Lei Municipal nº 12.079/14, com a redação dada pela Lei Municipal n. 13.618/2023 exige o seguinte:

Art. 23. Nos processos licitatórios conduzidos pelo Município de Londrina serão concedidos às MPes os seguintes tratamentos preferenciais, favorecidos e simplificados:

(...)

III – cotas e lotes preferenciais para MPes, priorizando aquelas locais e regionais, em contratações de objetos divisíveis;"





## ***Câmara Municipal de Londrina*** ***Estado do Paraná***

O agente de contratação atestou que o edital será publicado com reserva de cota de 25% do item NoBreak, correspondente a uma unidade das seis que serão adquiridas. Isto está acorde ao artigo 48, III, da Lei Complementar n. 123/2006.

### **i. Da publicidade do edital e do termo do contrato**

Destaca-se ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do termo de contrato ou seus substitutos no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ademais, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham sido incluídos antes, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **j. Minuta da Ata de Registro de Preços**

Conforme definição da Lei 14.133/2021, Ata de Registro de Preços é o *“documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas”*; (Art. 6º, XLVI)

No caso, tanto a minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III do Edital) quanto do Contrato Administrativo decorrente (Anexo IV do Edital), preenchem os requisitos previstos em lei.





***Câmara Municipal de Londrina***  
*Estado do Paraná*

**3. CONCLUSÃO**

Em face do exposto, manifesta-se pela regularidade jurídica do processo administrativo, bem como das minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato Administrativo decorrente.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Londrina, 5 de julho de 2024.

**Carlos Alexandre Rodrigues**  
**OAB/PR 27.744**

